

Processo n.º 1234/2026

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 224 567 891, residente em Rua da Prata, 45, 2.º Dto., 1150-260 Lisboa.

Réu/Requerido: José António Pereira, NIF 113 456 782, residente em Avenida da República, 112, 3.º Esq., 4200-150 Porto.

Mandatários:

- **Dr.ª Ana Sofia Martins**, Ordem dos Advogados n.º 12345, escritório em Rua das Flores, 12, 1.º Esq., 1200-345 Lisboa.

- **Dr. Luís Fernando Carvalho**, Ordem dos Advogados n.º 67890, escritório em Avenida das Américas, 78, 4.º Dto., 1050-210 Lisboa.

Juiz de Direito: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa.

NOTIFICAÇÃO AO PAI – MUDANÇA UNILATERAL DE RESIDÊNCIA

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Exmo. Sr. **José António Pereira**,

Nos termos do **Processo n.º 1234/2026**, que tramita perante a Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa, e na qualidade de mandatário da Sra. **Maria da Conceição Silva**, venho por este meio notificar V. Exa. acerca dos factos recentemente verificados e requerer, com a urgência que a situação impõe, a sua colaboração para a regularização do regime de responsabilidades parentais da menor **Ana Sofia Pereira**, NIF 245 678 912, nascida a 10 de maio de 2018.

1. Fatos notificados 1.1. No dia **15 de janeiro de 2026**, a Sra. Maria da Conceição Silva tomou conhecimento de que V. Exa. mudou, de forma unilateral e sem comunicação prévia, a sua residência habitual para a cidade de **Coimbra**, especificamente para o apartamento sito na Rua da Universidade, n.º 23, 3.º Direito, 3000-123 Coimbra.

1.2. A referida mudança não foi objeto de qualquer acordo, nem de comunicação escrita ao outro progenitor, nem ao tribunal competente, violando assim o disposto no **artigo 1871.º do Código Civil**, bem como o **artigo 16.º do Código de Processo Civil**, que impõe a obrigação de comunicação de alterações relevantes da situação de facto que possam influir no exercício das responsabilidades parentais.

1.3. Desde a data da mudança, V. Exa. tem incumprido o regime de visitas previamente estabelecido, nomeadamente a frequência e os horários acordados, impedindo a convivência regular da menor com a mãe, o que tem gerado **instabilidade emocional e alterações de comportamento** na criança, confirmadas por relatório psicossocial elaborado pela Assistente Social da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa (relatório datado de 5 de fevereiro de 2026).

2. Fundamentação legal

- **Artigos 1871.º a 1874.º do Código Civil** – responsabilidade parental e dever de cooperação entre os genitores.
- **Artigo 2.º da Lei n.º 12/2009, de 16 de fevereiro** – prioridade do interesse superior da criança.
- **Artigo 16.º do CPC** – dever de comunicação de alterações que afetem o processo.
- **Artigo 3.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro** – proteção da criança e do jovem.

3. Requisição de esclarecimentos Em face dos factos acima expostos, requer-se a V. Exa. que, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar da data de receção desta notificação, apresente por escrito:

N.º	Pedido	Prazo
1	Declaração escrita da nova residência (morada completa, NIF da nova habitação, contrato de arrendamento ou escritura).	10 dias úteis
2	Justificação da mudança unilateral (motivos, circunstâncias que a motivaram).	10 dias úteis
3	Proposta de novo regime de visitas, incluindo a possibilidade de visitas supervisionadas, de forma a salvaguardar o bem-estar da menor.	10 dias úteis
4	Compromisso de não impedir o exercício das responsabilidades parentais da Sra. Maria da Conceição Silva, bem como de não alterar a situação de facto sem prévia autorização judicial.	10 dias úteis

4. Consequências da não resposta Caso V. Exa. não cumpra os pedidos acima no prazo indicado, a Sra. Maria da Conceição Silva procederá, sem prejuízo de outras medidas que entender necessárias, à **petição de revisão do regime de guarda e visitas**, requerendo ao tribunal:

- A fixação de **guarda exclusiva** à mãe, com a concessão de **visitas supervisionadas** ao pai, em local a determinar pela Assistente Social.
- A imposição de **medidas de proteção** à menor, nos termos do artigo 157.º do Código Penal, caso se verifique risco de dano psicológico.
- A condenação de V. Exa. ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, nos termos do artigo 20.º do CPC.

5. Comunicação Todas as comunicações deverão ser dirigidas ao escritório da Dr.ª Ana Sofia Martins, com endereço indicado no início deste documento, ou enviadas por correio eletrónico certificado para **a.martins@advogados.pt**.

6. Disposições finais Esta notificação é emitida com fundamento no **artigo 16.º do Código de Processo Civil**, nos termos da **Lei n.º 12/2009** e demais normas aplicáveis, e tem por objetivo a preservação do melhor interesse da menor **Ana Sofia Pereira**, bem como a manutenção de um clima de cooperação entre os progenitores.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com a mais elevada consideração.

Dr.ª Ana Sofia Martins
OAB Lisboa – 12345

Dr. Luís Fernando Carvalho
OAB Lisboa – 67890

Escritório: Rua das Flores, 12, 1.º Esq., 1200-345 Lisboa

Telefone: +351 21 345 67 89

E-mail: a.martins@advogados.pt